

Do não-liberalismo brasileiro: um ensaio sobre a síndrome da desigualdade social

Aires José Rover

A democracia é dinâmica; a autocracia é estática.

PARTE 1

O intento desse trabalho é buscar subsídios para o melhor entendimento da evolução da cultura liberal-autoritária latino-americana, em especial, a brasileira. A preocupação quanto a essa evolução não deixa esquecer, mesmo que revisto rapidamente, as condições materiais para esse progresso, quais sejam: a evolução histórica da base econômico-social. Busca-se discutir a evolução de momentos decisivos que possibilitaram a abertura de espaços políticos substituidores dos movimentos revolucionários, e a evolução do seu conjunto informador de idéias.

A importância desse tema que aparentemente deixa aberturas para os mais diversos campos do saber está em buscar reaver as condições primeiras do que faltou, do que foi comum e do que surgiu como uma nova ação no mundo, face o desenvolvimento da cultura e da ideologia, notadamente a liberal, nos países do continente latino-americano. Mais do que nunca os tempos atuais são marcados por uma vontade modernizante dos diversos países que passam por um processo de transformação política, retomando questões talvez postas já no início do século e que não foram naquele tempo assumidas em sua maior potência transformadora ou foram apenas utilizadas hipocritamente para legitimar uma situação de extrema exploração. Hoje se fala em liberalização do mercado, da necessidade do estado ser tornado mínimo, da sociedade se autonomizar ou seja se democratizar e das desigualdades serem extirpadas, etc. Esse ensaio de discussão passará por estas questões, sem contudo tentar empreender uma explicação do presente.

Como já dito nas linhas e entrelinhas, não passam essas preocupações por respostas conclusivas e analíticas mas por um processo de apresentação dos fatos como ditos pela história, em tom de discussão, o que caracteriza a provisoriade do conjunto ensaiado. Isso significa que

não se tem aqui o compromisso de buscar uma verdade histórica mais verdadeira entre todas as versões históricas e conclusivas sobre o tema proposto; nem mesmo com qualquer possível objetividade decorrente de um modelo mais preciso de apresentação dos fatos. É por isso que faz-se a afirmação de que a América latina, com exceção de Cuba e México, não passou por nenhum tipo de revolução que envolvesse a ação de uma classe organizada, notadamente a burguesia, e organizada em torno de um conjunto de idéias cujo conteúdo e forma passam a ser dominantes e consensuais na sociedade como um todo. Portanto, não busca-se aqui explicitar os movimentos havidos em Cuba ou México, muito menos, apresentar as diversas falsas formas que tomaram em diferentes lugares e condições.

Atém-se o texto Ó fatos ocorridos no Brasil, pois é este privilegiado face as grandes contradições que lhe sinalizam e ainda o fazem. Um país que precisa crescer mas que tinha medo de si mesmo ou de seus escravos; que sabia ter que resolver as desigualdades sociais em nome do verdadeiro progresso mas atinha-se Ó mesquinhez de uma classe já envelhecida pela história, que o entendia apenas como crescimento econômico. Pois bem, essa síndrome autoritária não poderia desencadear a criação de uma outra forma de sociedade senão aquela em que sua evolução é tutelada permanentemente por um estado que também permanentemente e hipocritamente refazia seu ato de fé em favor da democracia, democracia que não era capaz de resolver as desigualdades sociais em distribuir renda.

Em nome dessa democracia muita repressão foi realizada. A democracia que aqui queriam as elites dominantes se espelhava na restauração após a revolução francesa. O nosso liberalismo foi determinado por um medo mórbido das massas (violentas e irracionais?) fato que fez com que, cultural e praticamente, os latino-americanos (brasileiros) convivessem tranqüilamente com mais uma contradição, qual seja: o liberalismo autoritário.

Finalmente, faz-se a afirmação de que a democracia, o totalitarismo, enfim a história humana é escrita por linhas tortas e estas se repetem. Aqui, elas têm se realizado nem mesmo como falsificação, mas como uma grande tragédia social onde a ideologia legitimou o surgimento e manutenção de diferenças insuportáveis, tão imperdoáveis quanto os acontecimentos de Auchwitz. Aqui, porém, estes são muito bem justificados e escamoteados, a ponto de que

ninguém, sejam cientistas, políticos ou poetas, admita pacificamente, como o faz Florestan Fernandes, a existência real de condições fascistas nesses regimes ditatoriais na América Latina.²²

PARTE 2

O liberalismo foi uma estratégia de luta intelectual e prática que nasceu do desejo burguês pelo poder político, tendo seu germe na vontade econômica de se auto-determinar e garantir esse espaço tão lentamente conseguido. Essa estratégia passava por duas bandeiras democráticas, quais sejam, a realização da igualdade e da liberdade. A primeira se fazia real no campo de luta contratual ou legal onde o espaço econômico só poderia ser garantidor da construção de uma nova sociedade através da garanticização da igualdade perante a lei, o que afirmava a igualdade dos contratantes. A segunda era fundamentalmente a possibilidade de se instituir o indivíduo como ser volitivo, e autônomo e portanto, aquele capaz de criar o espaço público, o mercado. Foi em nome desses dois característicos do homem moderno, e da defesa de seus direitos individuais e por conseguinte de uma nova sociedade que se fizeram as grandes revoluções da modernidade, tendo em sua vanguarda os liberais e democratas burgueses, sejam eles franceses, americanos, ingleses. Cabe aqui afirmar que os ditos liberais por excelência cultivam primorosamente a qualidade humana do ser livre e não tanto do ser igual, haja visto que esta última, se levada ao radicalismo de sua expressão, eliminaria aquele que primeiro veio a defendê-la, a burguesia, esta que acumula os bens face a pobreza de outros. Portanto, o tipo de relação entre o desejo de liberdade e igualdade realizados na história humana traça as diferenças entre as revoluções havidas e também, as diferentes situações onde não houveram e as diversas formas de restauração, em maior ou menor grau, que se seguiram 'aquelas. Eis o difícil equilíbrio que distingue profundamente a prática dos liberais, notadamente dos maus liberais.

São estes que ocuparam e se educaram nessa terra americana e latina, solo imenso e rico, onde os primeiros príncipes não tiveram a quem governar como súditos (pressupõe aquela igualdade que já se falou), mas apenas escravizar uma imensa maioria ou cooptar a restante minoria. É sob esta solidão do poder, mas nem por isso menos desejado, marcado por um capitalismo e uma ideologia escravista, que a figura do rei cultiva o espaço privilegiado do estado,

buscando se modernizar e procurando, por conseqüência, barrar as exigências frágeis e cambaleantes da sociedade nascente. A história exigia a ação empreendedora e em sua maioria, heróica e corajosa do homem (liberal) latino americano. Porém, este quando assim agia, ferido por um radicalismo revolucionário, por pouco permanecia entre os vivos ou era engolido pela máquina cooptadora da burocracia nascente ou pelos desejos onipotentes do monarca.

No caso do Brasil, desde o seu período colonial, o seu desenvolvimento é eficientemente controlado pela coroa, de tal forma que manteve-se forte este controle até mesmo após a sua independência. Para isso e segundo S.SCHWARTZ, a coroa buscava assegurar a lealdade, a imparcialidade e a eficiência administrativa, notadamente da administração da justiça, pondo os juizes acima da sociedade, garantindo-lhes uma posição de respeito inabalável, através do prestígio, riqueza e status social. É claro que este esquema não funcionava perfeitamente, de forma que a coroa admitia um certo desvio dos princípios legais, o que em última análise mantinha as coisas como estavam. Isso quer dizer que os conflitos que ocorriam se apresentavam apenas dentro do próprio sistema político, haja visto que a via governamental era a única meio de acesso da sociedade para fazer valer seus interesses. Significa também, que esses conflitos não eram representativos das contradições que ocorriam na sociedade colonial como um todo. Tudo isso porque "faltavam mecanismos bem definidos para expressão de interesses grupais no sistema político do império português." (SCHWARTZ, 1979, p.145)

A realização daquela igualdade perante a lei não tinha condições de se efetuar haja visto que a justiça era administrada segundo os interesses dominantes da sociedade colonial e da burocracia local que eram mediados pela figura do rei. Isso fica bem claro quando se toma ciência de que a principal função da "relação" (tribunal superior) era representa-lo, e não julgar de acordo com o Direito. Isso significa que a justiça assim posta não tinha valor universal mas era um instrumento político na mão dos poderosos. Portanto, a burocracia que ora se instituía servia bem aqueles interesses, o que efetivamente não sintonizava com uma vontade coletiva de construção de uma verdadeira nação, cujo pressuposto estaria na possibilidade dos cidadãos serem sujeitos de direito via uma instituição minimamente universal da administração da justiça.

Outro momento de mudança na história que representou também a fragilidade teórico-prática dos seus agentes, foi a proclamação da independência. Não efetivou medidas que permitisse à sociedade organizar-se autonomamente, através de mecanismos reais de representação de seus interesses. Isso seria admitir a existência de luta de classes, ou seja, das diferenças que perpassavam o conjunto da sociedade...revestindo-se da forma monárquica e preservando a estrutura colonial de produção, particularmente a escravidão, o 7 de setembro fora um arranjo político conservador e excludente da participação popular, aceitável por certas áreas "portuguesas", pela diplomacia britânica, pelos senhores rurais e pelos próprios radicais. (NOGUEIRA, 1984, p.24) Isso quer dizer que as relações externas, a partir desse momento se fazia a partir de uma base econômica liberal, pressuposto exigido pelo mercado internacional, pois mercado e sistema produtivo nacionais baseiam-se na escravatura. Também, todo e qualquer radicalismo não tinha como avançar visto que o pensamento político dominante até mesmo na abdicação do rei, estava fortemente enraizado por uma forma moderada e reformadora de ver a realidade em mudança. É claro que a política da conciliação empreendida pelo monarca garantia o controle dos novos ânimos liberais que raramente pipocavam, através da cooptação do partido liberal, fazendo-o compartilhar o governo com os conservadores. Por isso que J. NABUCO dizia que a política da conciliação foi sempre muito favoravelmente julgada pelos liberais (NOGUEIRA, 1984, p.36), que enfim sentiam-se felizes com o poder e mais seguros perante o rei, pois este podia tudo e a sociedade nada: O reinado é dele no sentido que os ministros, os conselheiros de Estado, a oposição, estão sempre atentos ao que ele quer, ao que ele repele ou reprova. Uma antipatia, um traço seu, eliminaria da política o candidato infeliz ou nunca o deixaria subir as posições... (NOGUEIRA, 1984, p.39).

Da mesma forma, com a proclamação da república e com a instalação de um estado federativo, não se constata grandes diferenças: A elite política do império, impregnada pelas práticas e valores de uma sociedade rural e escravocrata, ao ser afastada do poder, vê-se substituída por uma nova elite (inclusive em termos geracionais) que sendo mais federalista que abolicionista prefere a descentralização regional a um incremento da participação política. (TRINDADE, 1985, p.65) Novamente não há a vitória de uma ação liberal mínima, mas apenas a inexistência da competição política (via participação geral da sociedade civil) e da concorrência

econômica (via a constituição de um mercado livre e autônomo). Portanto, o início da vida republicana nacional é marcado pela relação clientelista entre sociedade e estado, onde a ação da segunda era ainda limitada, o mercado nacional era de alcance reduzido e as classes dominadas e alienadas se solidarizavam basicamente com os patrões e chefes locais.

Outro momento crucial na vida brasileira foi o movimento de 30, que surgiu como consequência de todas as contradições que perpassavam a sociedade, sem que se achasse uma solução mínima para as suas consequências sociais. Naturalmente que a cultura política já vislumbrara há tempo onde daria essas mudanças, que se fizeram sem efetivamente resolver o verdadeiro problema do conjunto social, mas unicamente o problema imediato da dominação em crise: Embora percam a exclusividade da representação, as elites agrárias não são alijadas do poder. No novo arranjo político, elas dividem o poder com as elites industrializantes, sob o patrocínio de um estado significativamente autônomo.(REIS,1982,p.340) Portanto, o fator diferenciador que surge com a revolução de 30 é a constituição de um Estado autônomo frente à sociedade, que inclui simultaneamente, um componente de coerção física e outro de manipulação ideológica.

O momento histórico posterior de avanço conservador-reformador foi o populismo constituído a partir de 1946, expressão que foi do avanço das alianças das classes dominantes que viam no atraso econômico do país um perigo face o avanço das reivindicações populares não respondidas, face a exacerbação da questão social não resolvida. Para tanto o modelo antigo de domínio não podia mais prevalecer, tendo-se que apelar para o apoio da incipiente burguesia nacional, sem eliminar, contudo, grupos oligarcas tradicionais. Verifica-se, logo, que as classes populares e operárias que já eram significativas permanecem ao largo do exercício do poder, pois foram incluídas corporativamente nele. Isso representava uma estratégia que pode ser assim exposta: i.prevenir e controlar as organizações das classes populares (pela implementação da legislação trabalhista e do compromisso político); ii.utilizar o Exército, como aparelho de Estado, para tutelar sua ação desenvolvimentista, embora o Exército freqüentemente assumia posições autônomas; iii.corporativizar as organizações de classe, a despeito das tentativas de autonomização. (ALVES DE BRITO,n.670,P.188) Dessa forma, a única resposta possível ao perigo do avanço das classes populares que passaram a por em cheque a própria lógica de

acumulação do sistema, não passaria por outro lugar senão por uma atuação forte da sociedade política, incapaz de mediar os conflitos daí decorrentes, visto que também punha em perigo a sua própria reprodução, desfechada definitivamente com sua burocratização a partir do golpe de 64. Este teve como objetivo a reestruturação da economia (novamente) para fazer com que o mercado destruísse as antigas identidades políticas ou corporativas, argumentando a necessidade de recriar as bases de uma nova liberdade individual de acordo com os cânones do neoconservadorismo. Sem dúvida, mais do que nunca se está longe do liberalismo e do neoliberalismo, na medida em que o Estado como elemento promovedor e homogeneizador da sociedade é engrandecido e fortificado com o passar do tempo, mesmo que em nome de um dogma do liberalismo: a proteção (que deveria ser autônoma) do econômico.

A exemplo do Brasil, a América Latina, com exceção do México, Cuba e Nicarágua, tem passado por uma evolução cultural conservadora e legitimada pela vontade de crescimento econômico sem a contrapartida do desenvolvimento democrático. O crescimento econômico está na base do aumento do bolo capitalista e o desenvolvimento democrático passaria pela possibilidade de distribuí-lo. Isso expressa um processo histórico em que a luta de classes, que nos países hoje avançados teve o papel de motor da história, não foi suficientemente marcante ou efetiva. A sociedade onde esta luta de classes praticamente deveria ocorrer, mau conseguia andar com os próprios pés; está permanentemente cooptada. Significa dizer que por todos os lados os latinos-americanos estavam sob grilhões, a ponto de renunciarem à idéia de liberdade. Para tanto há uma elaboração ideológica que é informada por três fenômenos interdependentes:

i-la perception des inégalités sociales;

ii-le nationalisme e

iii-la réduction de l'idée de progrès au seul "développement économique".¹

Segundo o autor acima citado, i- as desigualdades sociais na América latina, ao invés de proporcionar o avanço natural das sociedades ditas capitalistas para uma situação de crescimento da capacidade de luta das classes populares, tende a manter a brecha criada pela fraca capacidade de representação política dessas mesmas classes, ocupada, por consequência, pela intelligentsia progressista. Toda organização ideológica criada a partir desse lugar privilegiado põe

como relevante a solução desse problema, qual seja, a pouca transformação social mantenedora das desigualdades. Resta, então, que seja realizada pelo alto ou por via revolucionária, o que elimina qualquer possibilidade de se pensar democraticamente o político, separado que foi das preocupações sociais.

O fundamento do ii-nacionalismo, como concepção de mundo, está na idéia de nação que se erige, em detrimento dos problemas da sociedade. A ideologia da nacionalidade é completada quando de sua contraposição ao plano internacional. São as relações práticas com este plano e os interesses que daí decorrem que fazem brotar todo um complexo ideológico que busca esconder as efetivas desigualdades e contradições interiores Ó nação. Esse conjunto de idéias falsificadoras, ligado intrinsecamente ao conservadorismo não exime a esquerda de sua utilização; muito pelo contrário: o nacionalismo foi uma expressão dos setores esquerdista e isso ce n' est pas un hasard.

O terceiro fenômeno tem a haver com o entendimento de que iii- progresso é apenas desenvolvimento econômico. A primeira consequência do se pensar assim é organizar um agir no mundo bem específico: por em andamento a construção de todo um conjunto de valores que justificam a ação do poder político centralizado, que "naturalmente" teria condições de empreender aquele progresso. Segundo MARTINS, essa identificação resulta de um processo anterior de simplificações brutais, combinadas com desvios sutis que desencadeiam a arquitetura de um imaginário social onde a questão da democracia é novamente posta em segundo plano. Este fenômeno tem a haver diretamente com o problema da solução das desigualdades sociais, que passaria também pela realização daquele progresso e por consequência, pela autonomização das decisões políticas, quer dizer, por um changement provoqué,, o que justifica a mudança feita por cima. Disso decorre as condições para a verdadeira democracia latino-americana.

Essa construção nada mais é do que a constituição de uma ideologia, no sentido negativo, buscando apresentar dissimuladamente uma nova institucionalidade, através do conceito nova democracia. Sua definição negativa estaria no apresentar contundentemente inimigos da sociedade tais como o marxismo e as próprias democracias tradicionais. No dizer autoritário esta

¹ (MARTINS, 1983, p.102)

nova instituição não podia reproduzir a democracia liberal caduca e incubadora da demagogia e da infiltração do inimigo. É a consequência da inexistência daquela tradição intelectual que se identificava com tudo aquilo que se seguiu *Ó la réforme* e *Ó l' encyclopédie*, que formou as consciências e as mentalidades das elites francesas e norte-americanas. Isso denota que entre os latinos-americanos as idéias não correspondem *Ó* classe de seus produtores, aparecendo com uma função de máscara e encobrimento, ou seja, ideologia. Como toda má ideologia, forma-se uma corrente intelectual onde inexistente a crítica: O bacharel e o sacerdote, que constituíam elementarmente a pequena burguesia nascente brasileira ...não falavam ou escreviam como homens de sua classe, mas como homens da classe superior com a qual no fundo, desejavam identificar-se. (SODRÉ, 1985, p.38)

A realidade histórica latino-americana, especialmente a brasileira, foi marcada por uma incompreensão e uma apatia generalizada dos possíveis portadores de uma teoria que pudesse empreender uma ação política de profunda transformação daquela, expressamente caracterizada por uma cisão trágica da sociedade, desde a sua origem. O medo clássico da burguesia de perder até aquilo que não possuía, maior que a visão de uma sociedade que se gerisse apenas pelos seus valores (burgueses) impediu pela inação de torna-la a classe dominante. Repartiu, assim, os despojos miseráveis com os antigos carrascos já envelhecidos: *Les oligarchies étaient incapables de gouverner en leur propre nom* (PAZ, 1983, p18). Aqui, a história não acontece nem como tragédia nem como farsa, pois simplesmente não permitiu-se que seus povos assumissem as consequências de suas ações autônomas.

PARTE 3

Disso tudo, pode-se afirmar que por todos esses momentos históricos passaram táticas de controle da evolução da sociedade e de sua representação na política, na cultura, notadamente das camadas populares exploradas. Isso significa que essas táticas eram trespassadas i-pelo impedimento da ampliação das alianças; ii-pela delimitação do espaço de disputa nos órgãos de estado e iii-pelo desgaste e cooptação dos órgãos representativos e das oposições, ensejando esses três instantes num governo das diversas formas de pensar o mundo.

Não é mais possível querer-se imaginar a nação latino-americana, livre e moderna, sem que se repense o papel da sociedade civil na edificação da cultura, tida como forma de organizar o pensamento e a ação de um povo, marcada até então pelo predomínio do econômico. Deveria ser antes um processo de construção da democracia. Esta, porém, exige espaços simbólicos de livre julgar e discutir, onde o indivíduo e a coletividade no seu cotidiano possam resolver seus conflitos de modo autônomo e fundado numa visão de mundo éticamente responsável. A própria democracia é a constituição dessa visão, que pressupõe a possibilidade de participação de todos os setores no espaço cultural, uma revolução cultural, que permitiria uma igualdade de condições quando do embate político, quando dos processos argumentativos, sem que se recaia novamente na necessidade de uma vanguarda intelectualizada que substitua a ação política das forças populares, novamente tuteladas. Estas teriam a tarefa fundamental de exigir uma nova aliança, política por excelência e interessada em manter todos os setores da sociedade civil soberanos e participantes. Para isso, não só a economia é importante, não só o ideológico, mas o simbólico. Somente com a garantia desses lugares vazios e abertos é possível se quebrar essa lógica perversa que marcou o liberalismo latino-americano: controlador dos movimentos da sociedade cooptando ou então admitindo o uso irrestrito da violência, tudo em nome da nova ou verdadeira democracia.

O pressuposto material para a instituição desse espaço simbólico não esteve presente na vida brasileira, bem como nos momentos decisivos da história da América Latina. Como visto, essas sociedades estavam dominadas por uma elite intelectual que as mantinha desarticuladas socialmente, resultado de uma incapacidade de representação mais elementar dos seus mais diversos interesses. Essa desarticulação é por conseguinte, consequência desse autoritarismo que medeia toda a camada dominante, não por esta fundar um regime autoritário e centralizador mas por organizar a sociedade, consciente ou não, sinalizada pela sua inconsistente evolução, fundada numa vontade econômica de crescer sem, contudo, resolver o problema da desigualdade social.

Há nisso um jogo maquiavélico de domínio; além de permanecer reclusa num espaço restrito e bem distante da realidade fática, que não por isso deixa de legitimar muitas situações autoritárias, a teoria liberal latino-americana paira sobre as instituições tirânicas com uma máscara democrática, como se aquelas representassem apenas um momento de exceção, transitório e

indesejável. Todos os golpes pelo alto sempre levaram consigo a carta liberal, com a qual governavam as forças autocráticas. Ela permanecia presente com autoridade moral bastante para amenizar ou eliminar qualquer resistência do povo ou seria melhor dizer, dos subversivos do povo. Este mantinha-se crente no valor universal da democracia, agindo e permanecendo apático, vez por outra perplexo, enquanto que o sistema e sua sustentação política procuram manter sua hegemonia. Isso foi possível pois a sociedade como um todo não deixa de se ver fragilizada a tal ponto de buscar a qualquer custo uma harmonia e indivisibilidade que destrói a mais tenra das realidades culturais do homem, a liberdade. Quer-se um lugar sem conflitos, tem-se um espaço político permanentemente distante de uma situação social eternamente desigual.

Fpolis, 12 de junho de 1990

BIBLIOGRAFIA

ALVES DE BRITO, Vera Lúcia. Relações estado sociedade no período populista. n:670, Belo Horizonte: UFMG.

MARTINS, Luciano. De la non-démocratie en Amérique Latine. Esprit: Amériques Latines à la une, Paris, v. 10, n. 82, oct, 1983, p.97-104.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 227p. 1984.

PAZ, Octávio. L' amérique Latine et la démocratie. Esprit: Amériques Latines Ó la une, Paris, v.10, n.82, p.12-32, oct,1983.

REIS, Elisa Maria Pereira. Elites agrárias, state-building e autoritarismo. Revista Dados. Rio de Janeiro: IUPERJ, n.3, 1982.

SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: A suprema corte da Bahia e seus juizes. 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979.

TRINDADE, Héglio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945). ROUQUIÉ, Alain et al. Como renascem as democracias. São Paulo, Brasiliense, 1985.